

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO- C.P.L.
ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DE RECURSO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 009/2017
PROCESSO Nº 38749/2017

Na data de 07(sete) de março de 2018, às 15h:00, reuniu-se na Sala de Reuniões do Palácio São José, Prefeitura de Paranaguá, sito na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro Histórico, a Comissão Permanente de Licitação designada pelo Decreto nº 191/2017, com a seguinte composição: Presidente da Comissão Permanente de Licitação – SHEILA DA ROSA MARIA, Membros da Comissão Permanente de Licitação: ANDRÉ LUIZ DA SILVA; CRISTIANNE MARIA GOMES TAVARES DO NASCIMENTO; FILIPE ALMEIDA DOMINGUES e FRANCIENY GABRIELI DAS NEVES MATOZO, para deliberar quanto ao recurso interposto pela licitante FATOR 3 ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, em virtude de inabilitação sofrida no momento de abertura dos envelopes de habilitação. Na ocasião, a recorrente foi desqualificada, por não ter apresentado no envelope de habilitação os seguintes modelos constantes do instrumento convocatório: 1o) atestado de cumprimento dos requisitos habilitatórios; 2o) recebimento e aceitação de documentos, e 3o) declaração de idoneidade. Além disso, apresentou declaração de cumprimento ao art. 7º, XXXIII da CF/88, sem aposição de data, e declaração de vistoria sem indicação de data e local. Em sede de recurso, a empresa alegou que “nenhuma destas declarações constam como exigência de habilitação das empresas, no Edital Concorrência 009/2017”. Ainda que, “a inabilitação pela não apresentação das declarações acima elencadas é totalmente ilegal, a recorrente está sendo inabilitada pela não apresentação de declarações que não constavam no elenco de documentos a serem apresentadas para a habilitação do licitante.”. Esta Comissão publicou aviso de recebimento de recurso, e prazo para interposição de contrarrazões, sendo que a empresa interessada, CLAYTON RICARDO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI ME, renunciou a este prazo. Pois bem, o instrumento convocatório, Edital de Concorrência Pública 009/2017, prevê, de forma expressa, em seu item 25.21: “**Integram este edital**, independentemente de transcrição, os seguintes documentos: (...) ANEXO IV – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos Habilitatórios; ANEXO V – Modelo de Declaração Art. 7º; (...) ANEXO VII – Modelo de Declaração que aceita as condições do Edital de seus Anexos; ANEXO VIII – Modelo de Declaração Idoneidade;(.).”. Prevê ainda, no item 8.1.2., quanto aos documentos necessários à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista: “8.1.2.8. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal. **(Anexo XIII).**” Também, quanto a qualificação técnica, a necessidade de apresentação do modelo constante no Anexo IX está expressamente prevista no item 8, da seguinte forma: “ 8.1.4.4. Declaração que conhece os locais onde serão realizados os Serviços, conforme modelo constante do ANEXO IX, deste edital; (...) 8.1.4.4.3. **A DECLARAÇÃO DE VISTORIA DAS OBRA será OBRIGATÓRIA**, sendo que a visita para as vistorias será opcional. (ANEXO IX).” Depreende-se dos trechos acima que, a apresentação dos documentos previstos como Anexos, sem exceção, e em especial quanto a declaração de vistoria, e declaração de cumprimento do art. 7º, foi estipulada no instrumento convocatório. Ou seja, o edital previa a apresentação de tais documentos, de acordo com os modelos constantes do Edital, sendo parte integrante do mesmo. Não houve por parte desta Comissão, liberalidade na análise dos envelopes de habilitação, ao contrário, restringiu-se às regras editalícias, que vinculam a atuação administrativa. A regra da vinculação ao edital, também denominado de princípio da vinculação ao instrumento convocatório, esculpido no art. 3º da Lei 8666/93, representa uma segurança tanto para o licitante, quanto para o interesse público, pois estabelece para o certame um procedimento formal, que determina as regras que devem ser observadas durante o decorrer da licitação. O instrumento convocatório é a lei do caso, que regulará a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. A Lei de licitações, estipula em seu art. 41 que, “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. Sobre o tema, a doutrina ensina que, “o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o Edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade deste últimos”(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 17ª ed. rev., atual. E ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. pg. 904). Portanto, estando a apresentação de TODOS os

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO- C.P.L.
ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DE RECURSO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 009/2017
PROCESSO Nº 38749/2017

Anexos, expressamente fixada em edital, esta Comissão encontra-se atrelada a esta regra, não sendo permitido, nesta fase do certame, proceder a revisão da mesma. Nessa esteira, ainda no art. 41, o §2º estipula que, “decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipóteses em tal comunicação não terá efeito de recurso.”. Nota-se, pelo trecho acima que, a Lei fixa prazo para que o licitante possa impugnar os termos do edital, mas que, expirado esse prazo, decairá o participante da licitação do direito de impugná-lo. Por este fundamento, ao licitante não é dado esperar pela sua inabilitação para, somente então, impugnar a regra contida no edital que levaria à sua exclusão do processo. Pelo exposto, esta Comissão delibera, por unanimidade, em não reconsiderar a decisão proferida na sessão de abertura dos documentos de habilitação, e manter a INABILITAÇÃO da EMPRESA FATOR 3 ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, e, em conformidade com o determinado pelo art. 109, §4º da Lei 8666/93, encaminha os autos para análise da autoridade superior. Nada mais.

Paranaguá-Pr, 07 de março de 2018.

SHEILA DA ROSA MARIA
Presidente da C.P.L.

ANDRÉ LUIZ DA SILVA
Membro da C.P.L.

CRISTIANNE MARIA GOMES TAVARES DO NASCIMENTO
Membro da C.P.L.

FILIPPE ALMEIDA DOMINGUES
Membro da C.P.L.

FRANCIENY GABRIELI DAS NEVES MATOZO
Membro da C.P.L.